



## ENSINO MÉDIO INTEGRADO

Data:

### TRABALHO DE RECUPERAÇÃO / 2026

Série: 2º

Disciplina: Filosofia

Professor(a): Clarisse

Coordenação: Mariana L. Paduaneli Lima

Visto: *M. Lima*

Aluno(a):

Nº:

## ORIENTAÇÕES

Capítulo 1 – Hegel e o Idealismo alemão

Capítulo 2 – Positivismo

Capítulo 3 – Materialismo

Capítulo 4 – Schopenhauer e Nietzsche

Capítulo 5 – Existencialismo e fenomenologia

Capítulo 9 – Escola de Frankfurt e teoria crítica

Capítulo 10 – Teoria crítica contemporânea

## GABARITO

01	A	B	C	D	E	05	A	B	C	D	E
02	A	B	C	D	E	06	A	B	C	D	E
03	A	B	C	D	E	07	A	B	C	D	E
04	A	B	C	D	E	08	A	B	C	D	E

## QUESTÕES

*Bom trabalho!*

1-(UFU) A dialética de Hegel

- A) envolve duas etapas, formadas por opostos encontrados na natureza (dia-noite, claro-escuro, frio calor).
- B) é incapaz de explicar o movimento e a mudança verificadas tanto no mundo quanto no pensamento.
- C) é interna nas coisas objetivas, que só podem crescer e perecer em virtude de contradições presentes nelas.
- D) é um método (procedimento) a ser aplicado ao objeto de estudo do pesquisador.

2-(UECE - Adaptada) A própria aparência é essencial para a essência; a verdade nada seria se não se tornasse aparente e aparecesse. Por isso, nem toda aparência pode ser objeto de censura, pois a aparência é o modo particular de aparecer segundo o qual a arte realiza o que é verdadeiro em si mesmo. Georg Hegel. Estética, I: Introdução. Trad. Marco Aurélio Werle. São Paulo: Edusp, 2001. p. 33. (adaptado)

Dessa passagem, é correto afirmar que, para Hegel,

- A) sendo verdadeira, a aparência não se diferencia da essência.
- B) mesmo diferente da essência, toda aparência é verdadeira.
- C) essência e aparência são verdades diferentes uma da outra.
- D) a aparência só é verdadeira quando nela a essência aparece.

3- Unioeste) Em um texto de suas Preleções sobre a história da Filosofia, o filósofo alemão Hegel (1770-1831) afirma: I. Que a proposição fundamental daquele que é considerado o primeiro filósofo, Tales de Mileto, é filosófica porque afirma a unidade da totalidade dos seres. II. Que essa afirmação da unidade do Todo se distingue do discurso homérico, marcado pelos mitos, porque em Homero supõem-se muitas realidades e princípios, sem unidade clara. III. Que o erro da proposição de Tales está em nomear e entender a unidade absoluta como água, já que água é um dos seres, e não o princípio universal (arkhé). IV. É indiferente que haja ordem ou desordem no visto, mas o critério para essa ordenação ou para a desordem, ou seja, a possibilidade mesma de que o múltiplo intuído (o “visto imediatamente”) tenha alguma ordem é uma representação prévia ao intuído, que lhe dá forma. Com base no que se disse, é incorreto afirmar:

- A) “Arkhé” indica o princípio fundamental da totalidade dos seres.
- B) Hegel entende a filosofia como enunciação da unidade universal do Todo.
- C) Hegel afirma haver um erro básico na formulação de Tales sobre a água ser a unidade do Todo; por isso, a proposição é, segundo sua leitura, ainda mítica.
- D) Homero não é propriamente um filósofo; ele não afirma a arkhé universal.

E) A forma da proposição de Tales sobre a água padece do equívoco de tomar um dos seres como a arkhé.

4- ENEM) Na produção social que os homens realizam, eles entram em determinadas relações indispensáveis

e independentes de sua vontade; tais relações de produção correspondem a um estágio definido de desenvolvimento das suas forças materiais de produção. A totalidade dessas relações constitui a estrutura econômica da sociedade – fundamento real, sobre o qual se erguem as superestruturas política e jurídica, e ao qual correspondem determinadas formas de consciência social. MARX, K. Prefácio à crítica da economia política. In: MARX, K. ENGELS, F. Textos 3. São Paulo: Edições Sociais, 1977. (adaptado) Para o autor, a relação entre economia e política estabelecida no sistema capitalista faz com que o(a)

- A) proletariado seja contemplado pelo processo de mais-valia.
- B) trabalho se constitua como o fundamento real da produção material.
- C) consolidação das forças produtivas seja compatível com o progresso humano.
- D) autonomia da sociedade civil seja proporcional ao desenvolvimento econômico.

5-(UFT) E vossa educação, não é ela também determinada pela sociedade? Não é determinada pelas relações sociais nas quais educais vossos filhos, pela ingerência mais ou menos direta ou indireta da sociedade através das escolas etc.? Os comunistas não inventaram a influência da sociedade sobre a educação; procuraram apenas transformar o seu caráter, arrancando a educação da influência da classe dominante. A fraseologia burguesa sobre a família e a educação, sobre os afetuosos vínculos entre criança e pais, torna-se tanto mais repugnante quanto mais a grande indústria rompe todos os laços familiares dos proletários e transforma suas crianças em simples artigos de comércio e em simples instrumentos de trabalho. MARX, K. Manifesto do partido comunista. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 83-84. Conforme o texto é correto afirmar:

- A) Os comunistas são contra a família e as relações sociais.
- B) As crianças devem ser educadas pela sociedade burguesa.
- C) Não existe nenhuma relação entre classes sociais e educação.
- D) A educação não deve ser determinada pela classe dominante.

6-(UECE) O chamado desenvolvimento histórico repousa, em geral, sobre o fato de a última forma considerar as formas passadas como etapas que levam a seu próprio grau de desenvolvimento e raramente é capaz de fazer a sua própria crítica. MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política. In: Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 120-121. (adaptado)

A primeira premissa de toda a história humana é, naturalmente, a existência de indivíduos humanos vivos, a organização física destes indivíduos e a relação com o resto da natureza. Toda a historiografia tem de partir destas bases naturais e da sua modificação ao longo da história pela ação dos homens. MARX, Karl. Obras escolhidas. Lisboa: Edições Avante, 1982. p. 8.

Sobre o método de abordagem da vida social denominado materialismo histórico, é correto afirmar que

- A) decorre de uma continuação da metodologia hegeliana de compreensão do real como processual, contraditório e entendido no nível das ideias.
- B) reflete a adoção da percepção materialista dos hegelianos de esquerda, como Ludwig Feuerbach, que via a realidade material como algo a ser contemplado.
- C) se baseia na análise de como os homens produzem os bens necessários à sua vida, estabelecendo, ao longo da história, relações entre si, e não na análise do que pensam, dizem ou imaginam.
- D) tem por ponto de partida o embate de ideias contraditórias que foram sendo consolidadas, ao longo do tempo, pelos vários grupos sociais e em cada época histórica específica.

7-(ENEM) Sentimos que toda satisfação de nossos desejos advinda do mundo se assemelha à esmola que mantém hoje o mendigo vivo, porém prolonga amanhã a sua fome. A resignação, ao contrário, assemelha-se à fortuna herdada: livra o herdeiro para sempre de todas as preocupações.

SCHOPENHAUER, A. Aforismo para a sabedoria da vida. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

O trecho destaca uma ideia remanescente de uma tradição filosófica ocidental, segundo a qual a felicidade se mostra indissociavelmente ligada à

- A) consagração de relacionamentos afetivos.
- B) administração da independência interior.
- C) fugacidade do conhecimento empírico.
- D) liberdade de expressão religiosa.
- E) busca de prazeres efêmeros.

8-(UFT) Os filósofos da Escola de Frankfurt, Theodor Adorno e Max Horkheimer, refletindo sobre o que hoje conhecemos como cultura de massa, afirmam o seguinte: “O que é novo é que os elementos irreconciliáveis da cultura, da arte e da distração se reduzem mediante sua subordinação ao fim de uma única fórmula falsa: a totalidade da indústria cultural. Ela consiste na repetição. O fato de que suas inovações características não passem de aperfeiçoamentos da produção em massa não é exterior ao sistema. É com razão que o interesse de inúmeros consumidores se prende à técnica, não aos conteúdos teimosamente repetidos, ociosos e já em parte abandonados.”

ADORNO, T. HORKHEIMER, M. Dialética do esclarecimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1985, p. 112.

No fragmento, a crítica dos autores à indústria cultural salienta alguns elementos essenciais da cultura contemporânea. Partindo da leitura, assinale a opção que não corresponde às críticas à indústria cultural.

A) Ela massifica a cultura através dos meios de comunicação, insere o indivíduo numa massa sem forma que o impede de fruir pessoalmente da obra de arte.

B) Ela cria o espectador médio, que deve ser seduzido e levado ao consumo. Logo, tem o cuidado de não fazê-lo pensar, mas de mantê-lo no senso comum.

C) Ela distingue bens culturais de bens de mercado, separando o que é para o consumo da elite cultural daquilo que é destinado à massa.

D) Ela banaliza a expressão artística e intelectual, em lugar de despertar interesse pela cultura, vulgariza a arte e o conhecimento.

### DISCURSIVAS :

9-O que esta Fenomenologia do espírito apresenta é o vir-a-ser da ciência em geral ou do saber. O saber, como é inicialmente – ou o espírito imediato – é algo carente-de-espírito: a consciência sensível. HEGEL, G. W. F. Fenomenologia do espírito. Petrópolis: Vozes, 1992.

Com base no texto e em seus conhecimentos sobre Hegel, explique por que a consciência sensível é considerada uma forma insuficiente de saber.

10- Leia o texto a seguir e responda às questões.

Em linhas gerais, a democracia deliberativa se caracteriza por uma compreensão ampliada da “política” e por um correspondente princípio de legitimidade democrática. Para teóricos e teóricas da democracia deliberativa, a política não se limita aos processos de tomada de decisões impositivas havidos no interior das instituições-chave do Estado democrático de direito, mas incorpora, como sua dimensão fundamental, os processos de deliberação que antecedem tais decisões e das quais depende sua justificação pública. Vale dizer que essa compreensão de “política deliberativa” não se pretende uma mera troca de rótulos: ela combate não apenas um enfoque estritamente institucionalista, como também a pressuposição de um conjunto de interesses, valores ou objetivos fixos e assumidos previamente ao próprio jogo político – deficiências essas atribuídas não apenas aos modelos liberal-pluralistas e às teorias da escolha racional, que entendem a democracia como uma mera disputa por preferências ou posições de poder entre grupos ou indivíduos autointeressados, mas também às tradições cívicas e participativas do pensamento democrático contemporâneo, com as quais assume uma afinidade de primeira hora. Para a teoria da democracia deliberativa, a formação política da vontade tem início em esferas públicas não institucionais, constituídas por redes de comunicação espontâneas e interconectadas da sociedade civil, que não se deixam inteiramente organizar e cujas fronteiras se apresentam fluidas no espaço e no tempo. Ao insistir no papel cumprido por uma tal esfera pública não institucional, a noção de “formação” assume um sentido forte: ela é apresentada como responsável não apenas pela identificação dos novos problemas sociais com a sensibilidade de um fórum irrestrito de afetados, como também pela elaboração discursiva de tais problemas, pela interpretação de carências, pela articulação de identidades coletivas e pela seleção prévia dos melhores argumentos apresentados, constituindo, assim, pautas políticas a serem levadas às instituições político-decisórias e os próprios atores coletivos a exigirem nelas sua devida representação. SILVA, Felipe Gonçalves. Democracia deliberativa. In: NOBRE, Marcos. Curso livre de teoria crítica. Campinas: Papirus, 2008. p. 298-299.

De acordo com o texto, o que caracteriza a democracia deliberativa?

11- Leia o texto a seguir e responda às questões.

Em linhas gerais, a democracia deliberativa se caracteriza por uma compreensão ampliada da “política” e por um correspondente princípio de legitimidade democrática. Para teóricos e teóricas da democracia deliberativa, a política não se limita aos processos de tomada de decisões impositivas havidos no interior das instituições-chave do Estado democrático de direito, mas incorpora, como sua dimensão fundamental, os processos de deliberação que antecedem tais decisões e das quais depende sua justificação pública. Vale dizer que essa compreensão de “política deliberativa” não se pretende uma mera troca de rótulos: ela combate não apenas um enfoque estritamente institucionalista, como também a pressuposição de um conjunto de interesses, valores ou objetivos fixos e assumidos previamente ao próprio jogo político – deficiências essas atribuídas não apenas aos modelos liberal-pluralistas e às teorias da escolha racional, que entendem a democracia como uma mera disputa por preferências ou posições de poder entre grupos ou indivíduos autointeressados, mas também às tradições cívicas e participativas do pensamento democrático contemporâneo, com as quais assume uma afinidade de primeira hora. Para a teoria da democracia deliberativa, a formação política da vontade tem início em esferas públicas não institucionais, constituídas por redes de comunicação espontâneas e interconectadas da sociedade civil, que não se deixam inteiramente organizar e cujas fronteiras se apresentam fluidas no espaço e no tempo. Ao insistir no papel cumprido por uma tal esfera pública não institucional, a noção de “formação” assume um sentido forte: ela é apresentada como responsável não apenas pela identificação dos novos problemas sociais com a sensibilidade de um fórum irrestrito de afetados, como também pela elaboração discursiva de tais problemas, pela interpretação de carências, pela articulação de identidades coletivas e pela seleção prévia dos melhores argumentos apresentados, constituindo, assim, pautas políticas a serem levadas às instituições político-decisórias e os próprios atores coletivos a exigirem nelas sua devida representação.

SILVA, Felipe Gonçalves. Democracia deliberativa. In: NOBRE, Marcos. Curso livre de teoria crítica. Campinas: Papyrus, 2008. p. 298-299.

Como a democracia deliberativa privilegia a vontade pública em relação aos interesses privados?

12- Leia o texto a seguir e responda às questões.

Em linhas gerais, a democracia deliberativa se caracteriza por uma compreensão ampliada da “política” e por um correspondente princípio de legitimidade democrática. Para teóricos e teóricas da democracia deliberativa, a política não se limita aos processos de tomada de decisões impositivas havidos no interior das instituições-chave do Estado democrático de direito, mas incorpora, como sua dimensão fundamental, os processos de deliberação que antecedem tais decisões e das quais depende sua justificação pública. Vale dizer que essa compreensão de “política deliberativa” não se pretende uma mera troca de rótulos: ela combate não apenas um enfoque estritamente institucionalista, como também a pressuposição de um conjunto de interesses, valores ou objetivos fixos e assumidos previamente ao próprio jogo político – deficiências essas atribuídas não apenas aos modelos liberal-pluralistas e às teorias da escolha racional, que entendem a democracia como uma mera disputa por preferências ou posições de poder entre grupos ou indivíduos autointeressados, mas também às tradições cívicas e participativas do pensamento democrático contemporâneo, com as quais assume uma afinidade de primeira hora. Para a teoria da democracia deliberativa, a formação política da vontade tem início em esferas públicas não institucionais, constituídas por redes de comunicação espontâneas e interconectadas da sociedade civil, que não se deixam inteiramente organizar e cujas fronteiras se apresentam fluidas no espaço e no tempo. Ao insistir no papel cumprido por uma tal esfera pública não institucional, a noção de “formação” assume um sentido forte: ela é apresentada como responsável não apenas pela identificação dos novos problemas sociais com a sensibilidade de um fórum irrestrito de afetados, como também pela elaboração discursiva de tais problemas, pela interpretação de carências, pela articulação de identidades coletivas e pela seleção prévia dos melhores argumentos apresentados, constituindo, assim, pautas políticas a serem levadas às instituições político-decisórias e os próprios atores coletivos a exigirem nelas sua devida representação.

SILVA, Felipe Gonçalves. Democracia deliberativa. In: NOBRE, Marcos. Curso livre de teoria crítica. Campinas: Papyrus, 2008. p. 298-299

Quais são os obstáculos para a realização prática da democracia deliberativa na sociedade atual?

13- Leia o texto a seguir e responda às questões.

Em linhas gerais, a democracia deliberativa se caracteriza por uma compreensão ampliada da “política” e por um correspondente princípio de legitimidade democrática. Para teóricos e teóricas da democracia deliberativa, a política não se limita aos processos de tomada de decisões impositivas havidos no interior das instituições-chave do Estado democrático de direito, mas incorpora, como sua dimensão fundamental, os processos de deliberação que antecedem tais decisões e das quais depende sua justificação pública. Vale dizer que essa compreensão de “política deliberativa” não se pretende uma mera troca de rótulos: ela combate não apenas um enfoque estritamente institucionalista, como também a pressuposição de um conjunto de interesses, valores ou objetivos fixos e assumidos previamente ao próprio jogo político – deficiências essas atribuídas não apenas aos modelos liberal-pluralistas e às teorias da escolha racional, que entendem a democracia como uma mera disputa por preferências ou posições de poder entre grupos ou indivíduos autointeressados, mas também às tradições cívicas e participativas do pensamento democrático contemporâneo, com as quais assume uma afinidade de primeira hora. Para a teoria da democracia deliberativa, a formação política da vontade tem início em esferas públicas não institucionais, constituídas por redes de comunicação espontâneas e interconectadas da sociedade civil, que não se deixam inteiramente organizar e cujas fronteiras se apresentam fluidas no espaço e no tempo. Ao insistir no papel cumprido por uma tal esfera pública não institucional, a noção de “formação” assume um sentido forte: ela é apresentada como responsável não apenas pela identificação dos novos problemas sociais com a sensibilidade de um fórum irrestrito de afetados, como também pela elaboração discursiva de tais problemas, pela interpretação de carências, pela articulação de identidades coletivas e pela seleção prévia dos melhores argumentos apresentados, constituindo, assim, pautas políticas a serem levadas às instituições político-decisórias e os próprios atores coletivos a exigirem nelas sua devida representação.

SILVA, Felipe Gonçalves. Democracia deliberativa. In: NOBRE, Marcos. Curso livre de teoria crítica.

Campinas: Papirus, 2008. p. 298-299

Em sua opinião, a democracia deliberativa oferece caminhos eficazes para lidar com os problemas relacionados à luta por reconhecimento? Justifique.

14- Leia o texto a seguir e responda às questões.

Os filósofos costumam falar da vontade como se ela fosse a coisa mais conhecida do mundo;

Schopenhauer

deu a entender que apenas a vontade é realmente conhecida por nós, conhecida por inteiro, sem acréscimo ou subtração. Mas sempre quer me parecer que também nesse caso Schopenhauer fez apenas o que os filósofos costumam fazer: tomou um preconceito popular e o exagerou. Querer me parece, antes de tudo, algo complicado, algo que somente como palavra constitui uma unidade – e precisamente nesta palavra se esconde o preconceito popular que subjogou a cautela sempre inadequada dos filósofos.

NIETZSCHE, Friedrich. Além do bem e do mal. São Paulo: Companhia de Bolso, 2005.

Qual é a crítica feita por Nietzsche à ideia de vontade em Schopenhauer?

15- O que Nietzsche quer dizer ao afirmar que o “querer” é algo mais complexo e menos evidente do que parece?